

CPI da gestão Auricchio pede à Justiça condução coercitiva de ex-secretária

George Garcia

Nesta quarta-feira (19/11) após a ex-secretária da Fazenda de São Caetano, Stefânia Wludarski, faltar na audiência da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), que apura as contas da gestão José Auricchio Júnior (PSD), os membros da comissão deliberaram pedido ao Judiciário para que a ex-secretária seja conduzida coercitivamente para depor. A comissão também aprovou a dilação de prazo para a conclusão dos trabalhos e não deve mais ser concluída este ano, como na expectativa inicial, tendo prazo até maio de 2026 para aprovar o seu relatório.

Na reunião pela manhã os vereadores queriam ouvir Stefânia sobre os apontamentos feitos pela auditoria contratada pela Câmara para analisar as contas do último ano da gestão Auricchio. A intenção era saber se houve ordem para que fossem praticadas as condutas que a perícia apontou “distorções relevantes”, que atingiram o montante de R\$ 154 milhões.

“A ausência da ex-secretária na oitiva atrasa os trabalhos da CPI. Já temos muitos dados, mas existem questões que gostaríamos de esclarecer com ela”, lamentou o relator da CPI, Edison Parra (Podemos). O relator disse que a atitude de Stefânia Wludarski foi desrespeitosa com os vereadores. “Tínhamos pontos importantes para esclarecer e várias questões preparadas sobre as contas de 2024 da prefeitura. A própria ex-secretária, por meio de advogados, havia manifestado o desejo de comparecer à CPI para prestar esclarecimentos. Ela é uma testemunha importante, pois ocupava um cargo chave no antigo governo. O não comparecimento dela na reunião é frustrante e um desrespeito à Câmara Municipal, mas não impedirá o avanço da CPI”.

A Fundace (Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia) apresentou à CPI em outubro a sua análise das contas da prefeitura e apontou que, dos R\$ 154 milhões, cerca de R\$ 30 milhões foram de liquidações canceladas, ou seja, serviços ou produtos prestados ou entregues, que foram canceladas. A apuração encontrou ainda despesas pagas em 2024, mas só

lançadas este ano e receitas lançadas no orçamento do ano passado, mas que efetivamente só entraram no exercício atual. O auditor e integrante da Fundace, Edson Luiz Cozol Martins, recomendou ainda que o resultado dessa auditoria seja levada aos órgãos de fiscalização.

Com a ausência de Stefânia, que poderia explicar os apontamentos, os integrantes da comissão, Cesar Oliva (PSD), presidente; o relator Edison Parra e o membro Marcel Munhoz (Progressistas) deliberaram que a procuradoria da Câmara peça ao Judiciário para que a ex-secretária seja conduzida coercitivamente para depor. O pedido, se autorizado pela Justiça, permite uso de força policial, caso a testemunha não compareça após ser intimada.

“O que fizemos hoje foi a votação entre os membros da CPI para solicitar à Justiça a condução coercitiva da ex-secretária para a oitiva, em virtude da ausência dela na reunião de hoje. Aprovamos a medida por unanimidade. Agora, a Procuradoria da Câmara dará andamento aos trâmites junto ao sistema judiciário para obter a autorização para prosseguir com a oitiva”, disse o relator. Mesmo com a autorização judicial, Stefânia não estaria obrigada a responder todas as perguntas, poderá ficar em silêncio.

Parra diz que outras pessoas ainda podem ser ouvidas, entre elas o próprio ex-prefeito. “Ainda não deliberamos sobre futuras convocações. Existe a possibilidade de convocarmos o ex-prefeito, mas ainda não é uma questão fechada, pois depende dos próximos passos da investigação”.

Com a falta de Stefânia e possibilidade de novos depoimentos, a previsão de que a CPI pudesse encerrar seus trabalhos e ter seu relatório votado este ano caiu por terra. Os próprios parlamentares já aprovaram a dilação de prazo para mais 120 dias, portanto, os integrantes da comissão terão até maio para conduzir as apurações e apresentar o relatório final. “Será muito difícil concluir o relatório este ano. Neste momento, por exemplo, gostaríamos de ter a oitiva com a ex-secretária, mas a ausência dela na reunião de hoje atrasará os trabalhos”.

Auricchio nega endividamento proposital

Em agosto, durante entrevista exclusiva ao **RDTV**, Auricchio negou que o aumento da dívida da prefeitura tenha ocorrido de propósito. Ele sustenta que a cidade tem capacidade para arcar com essa despesa. Ele reforça que o valor R\$ 824,9 milhões compromete 34% do orçamento, o que seria o menor índice da região, segundo o levantamento feito pelo ex-prefeito. A principal causa está com o aumento de precatórios, que são dívidas trabalhistas, de contratos ou de desapropriações assumidas pela administração municipal.

“Só de precatórios alimentares nós aumentamos 200 milhões. Isso são demandas que vêm lá de 20, 30 anos atrás, discussões judiciais, que a Prefeitura chega na sua última instância na Justiça e tem que pagar. De não alimentares, que são demandas de empresas contra a prefeitura, contratos executados, também discussões de duas, três décadas, nós tivemos um aumento de R\$ 236 milhões. Só aqui nós temos R\$ 400 milhões, que é um problema que todas as grandes cidades estão enfrentando”, diz o ex-prefeito.

“Eu recebi em 2017 e não faço aqui crítica a quem me antecedeu, porque isso é próprio de quem está lá na hora, no local. Eu recebi com mais de R\$ 200 milhões de Restos a Pagar, com um orçamento à época de R\$ 900 milhões. A proporção era outra”, continuou.

Leia mais sobre esta entrevista:

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3682786/auricchio-nega-que-aumento-da-divida-de-sao-caetano-foi-feita-de-proposito/>

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3738360/cpi-da-gestao-auricchio-pede-a-justica-conducao-coercitiva-de-ex-secretaria/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Política